

# **COTEJAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CENTRO PAULA SOUZA E DO CEARÁ: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS**

Henrique Tahan Novaes

FFC UNESP Marília

FAPESP

[henrique-tahan.novaes@unesp.br](mailto:henrique-tahan.novaes@unesp.br)

## **Eixo 1) Política Educacional, Gestão Escolar e Currículo**

### **Resumo**

É possível cotejar a educação profissional do Centro Paula Souza (CPS) com as Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, mas evidentemente existem algumas particularidades nos dois sistemas. As Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará têm muitas semelhanças com as do Centro Paula Souza, especialmente por serem a “vitrine” de um novo “modelo” educacional. Cabe destacar que o sistema cearense é evidentemente menor e mais recente. Da mesma forma que o Paula Souza, o sistema cearense possui melhor qualidade e melhores condições de trabalho do que as escolas estaduais “normais” cearenses, ainda que seja possível identificar formas mais sutis de precarização do trabalho nestas escolas. Assim como o Paula Souza, possuem também formas de seleção que tendem a escolher os melhores alunos, facilitando a vida dos docentes e deste sistema educacional, ou seja, elas melhoram a educação dos melhores. No Ceará é forte a participação da Odebrecht e do Unibanco. No CPS, é forte a participação do Unibanco também, dentre outras/outras, como parte da contrarreforma do Estado e processos mais sutis de privatização e mercantilização da educação pública.

**Palavras-chave:** Educação Profissional, Centro Paula Souza, Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, Privatização, Fragmentação

### **Abstract**

It is possible to compare the vocational education of the Paula Souza Centre (CPS) with the State Vocational Education Schools of Ceará, but of course there are some particularities in the two systems. Ceará's State Vocational Education Schools have many similarities with those of the Paula Souza Centre, especially as they are the 'showcase' for a new educational 'model'. It's worth pointing out that the Ceará system is obviously smaller and more recent. Like Paula Souza, the Ceará system has better quality and better working conditions than the 'normal' state schools in Ceará, although it is possible to identify more subtle forms of job insecurity in these schools. Like Paula Souza, they also have selection methods that tend to choose the best students, making life easier for teachers and the education system, in other words, they improve the education of the best. In Ceará, the participation of Odebrecht and Unibanco is strong. In the CPS, the participation of Unibanco is also strong, among others, as part of the counter-reform of the state and more subtle processes of privatisation and commodification of public education.

**Keywords:** Vocational Education, Paula Souza Centre, Ceará State Professional Education Schools, Privatisation, Fragmentation

## **Introdução**

Nos anos 1970 o Projeto “Brasil Grande Potência” demandou uma política educacional que articulava alfabetização, qualificação de força de trabalho, e formação do que chamamos gestores do capital.

Historicamente o Estado de São Paulo se colocou na “vanguarda” das reformas educacionais desde o início da república. No final dos anos 1960 não foi diferente ao criar um sistema de qualificação próprio para a burguesia industrial paulista e para as empresas transnacionais que aqui se instalaram. O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) surgiu em 1969 como resultado das demandas educacionais da nova fase de industrialização no Estado de São Paulo, no Brasil e no mundo.

Se nos anos 1970 predominava a formação de mão de obra “adestrada”, típica do regime de acumulação taylorista-fordista, hoje, com o avanço do regime de acumulação flexível, predomina a perspectiva da “pedagogia das competências”, típica do regime de acumulação flexível e financeirizado.

Cumprе salientar, ainda nesta introdução, que há muita propaganda, por parte do PSDB, sobre a “excelência” do CEETEPS. No entanto, esta propaganda deixa de considerar fatores como: existência de “vestibulinhos” altamente concorridos, que selecionam os melhores alunos do Estado, a precarização do trabalho docente, a dificuldade de criação de um plano de carreira, as terceirizações, a gestão autocrática das escolas e do sistema de educação profissional, dentre inúmeros outros problemas.

As Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) do Ceará foram criadas em 2008. Hoje são 131 escolas. Assim como no Centro Paula Souza, elas também são consideradas a “vitrine” de uma nova educação no Ceará. No nosso entendimento, essas escolas reforçam uma tendência de segmentação ou fragmentação do sistema educacional. Na base da pirâmide educacional, uma escola estatal de péssima qualidade para as filhas e filhos da classe trabalhadora; professores precarizados e sem as condições mínimas para dar aulas. No meio dessa pirâmide, as escolas de educação profissional, com professores mais bem assistidos, infraestrutura melhor, ou seja, melhores condições de trabalho, que permitem aos jovens uma educação razoável, e inclusive acesso ao ensino superior. No topo da pirâmide, os filhos das classes proprietárias e parcelas das camadas médias, que se tornarão os gestores do capital cearense e mundial.

Santos, Belmino e Aramal (2023) observaram os fatores determinantes da criação dessas Escolas: marketing político, construção de prédios imponentes e que rendem votos, papel

do Banco Mundial no financiamento, papel do MEC nos governos PT e sua proposta social, papel do governo cearense na implementação dessa política educacional, dentre outros. Observaram também se a perspectiva político-ideológica dessas Escolas, que curiosamente combinam a filosofia de Gramsci com a filosofia educacional da Odebrecht, formação omnilateral com empreendedorismo (SANTOS, BELMINO, AMARAL, 2023).

Este artigo pretende cotejar o sistema de Educação Profissional do Centro Paula Souza com o novo sistema de Educação Profissional do Ceará, procurando observar suas semelhanças e diferenças. Mas antes disso, fizemos um breve retrospecto dos dois sistemas de educação profissional, especialmente do Centro Paula Souza.

### **O Centro Paula Souza no contexto da mundialização do capital nos anos 1990**

Em 1991, mediante o Decreto 34.032 de 1991, a Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais (DISAETE), junto a toda a sua estrutura física e de recursos humanos que estava alocada na Secretaria da Educação, é transferida para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico; passando a denominar-se de Divisão Estadual de Ensino Tecnológico (DEETE).

Dois anos após esta mudança de pasta, uma nova transferência é promovida em 1993, por meio do Decreto nº 37.735 de 1993; a partir de 1º de janeiro de 1994, toda a estrutura do Ensino Técnico Paulista é transferida para o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza.

A década de 1990, na esfera das políticas educacionais, ficou marcada pela aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a Lei 9.394 de 1996; subordinada a critérios estabelecidos pelo Banco Mundial, como parte das políticas neoliberais. A Reforma da Educação Profissional, implantada pelo Decreto 2.208/97, regulamentando o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da nova LDB, configurou a educação profissional em três níveis: básico, técnico e tecnológico. Prevendo que o nível técnico, poderia ser oferecido de forma concomitante ao ensino médio ou após a sua conclusão. Promovendo a separação entre o ensino médio e ensino profissional, resultando em grandes mudanças curriculares.

Obedecendo as mudanças promovidas pelo Decreto 2.208/97, a partir de 1999, o Centro Paula Souza passa então a oferecer o Ensino Técnico de forma concomitante. Oferecendo também a possibilidade do aluno cursar o Ensino Médio regular na mesma unidade

escolar, tendo a opção de ingressar no curso de formação técnica a partir da 2ª série do Ensino Médio. Este decreto sofreu diversas críticas, de setores da educação e trabalhadores, por promover a dualidade entre formação propedêutica e para o trabalho, pelo viés produtivista, entre outros.

No início do século XXI, todas as Escolas Técnicas passam a ser denominadas de ETEC e as Faculdades de Tecnologia de FATEC, fortalecendo o projeto de consolidação da rede e de instrumento de propaganda do bloco no poder consolidado no governo do Estado de São Paulo desde 1995, comandado a partir daí pelo PSDB.

Segundo Marta Silva e Waldemar Marques (2014), em 2001, o Centro Paula Souza compreendia 64 escolas técnicas urbanas, 35 escolas técnicas agrícolas, totalizando 99 escolas técnicas; 9 Faculdades de Tecnologia, além de 12 classes descentralizadas - convênio com Prefeituras para o oferecimento de cursos técnicos voltados a economia local.

A partir de 2002, com destaque para o governo de José Serra (2007-2010), iniciou-se um grande processo de expansão do Ensino Profissional Técnico e Tecnológico, transformando-se na principal arma de propaganda política do governo estadual.

#### **Evolução do número de Etecs e Fatecs**

| CEETEPS | 1969 | 1979 | 1989 | 1994 | 1999 | 2009 | 2014 | 2019 |
|---------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Etecs   | 0    | 0    | 14   | 99   | 99   | 173  | 218  | 223  |
| Fatecs  | 1    | 2    | 4    | 6    | 9    | 50   | 63   | 73   |

Fonte: Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica do Centro Paula Souza

A insatisfação com o Decreto nº 2.208/97 por parte de diversos seguimentos relacionados a educação profissional, levou a revogação deste decreto e a elaboração de uma nova legislação em 2004, no Governo Lula:

A Reforma instituída pelo Decreto 2.208/97 carrega o ônus do aprofundamento da separação do fazer e do pensar. Além disso, assenta-se no aspecto da racionalização ou redução dos gastos de produção a partir da minimização dos dispêndios com a produção e reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA, 2004, p. 11).

O debate avança no início do governo Lula (2003-2010). A Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, vinculada ao Ministério da Educação, promove o *Seminário*

*Nacional de Educação Profissional: concepções, experiências, problemas e propostas*, fomentando o debate, e em decorrência destes, a regulamentação de uma nova legislação para a Educação Profissional, através do Decreto nº 5.154/2004, em substituição ao Decreto nº 2.208/97; reintroduzindo a possibilidade de integração entre a base comum do ensino médio e formação profissional, e a consequente construção de uma nova proposta curricular (AMARAL, 2020; MERCURIO, 2018).

O estudo de Detregiachi Filho (2012, p. 51) demonstra que a política de integração da Educação Profissional adotada pela Rede Federal de Educação Profissional apresenta índices de evasão escolar inferiores a política adotada pelo Centro Paula Souza em São Paulo,

A dicotomia entre a educação propedêutica e a educação profissional orientada por objetivos e condução política distintos, ressalta as contradições inerentes ao modo de produção dominante, e faz inferir que contribuam com a evasão escolar na educação profissional. Isso é verificado no modelo de educação profissional implementado pelo CEETEPS, que ao acentuar a dicotomia na educação, contribui para o aumento da evasão escolar. É fundamental aos governantes a coerência entre as ações e as intenções que devem ser sempre explicitadas.

Em 2019, o CEETEPS completou 50 anos de fundação, com sua rede composta por 223 escolas técnicas e 73 faculdades de tecnologias (conforme tabela das páginas anteriores), com praticamente todas elas enfrentando diversos problemas estruturais e de recursos humanos. Vale ressaltar que o último concurso público para contratação de pessoal técnico-administrativo foi em 2009; e para trabalhadores específicos das escolas agrícolas e de pessoal de apoio foi em 1996; até o momento não há qualquer previsão de abertura de um novo concurso público, situação que tende a se agravar nos próximos anos em decorrência do congelamento dos investimentos nas áreas sociais, promovidos pelas políticas fiscais de caráter neoliberal adotadas pelo governo federal por meio da aprovação da Emenda Constitucional nº 95, a Emenda do Teto dos Gastos Públicos; com o Estado de São Paulo prontamente adotando uma legislação semelhante; além da aposentadoria de servidores e a não reposição destes.

Em diversas unidades há servidores municipais cedidos as escolas, contratação de funcionários sem concurso público. Nesse cenário, as maiores prejudicadas são as Escolas Agrícolas, que dentro desse cenário de expansão, ficaram em segundo plano, não foram integradas ao processo de expansão e sofrem com a falta de mão-de-obra para gerir suas fazendas e aproveitar todo o potencial didático-pedagógico e de desenvolvimento local

que essas unidades poderiam oferecer aos alunos e a toda comunidade no entorno das escolas.

Em termos gerais, as mudanças do CEETEPS fazem parte de uma ampla transformação nos sistemas educacionais brasileiros, de outros países dependentes e até mesmo de países centrais, marcadas pelas premissas neoliberais e pela chamada “globalização”, por nós chamada mundialização do capital. Também é preciso sublinhar mais uma vez que a DEM se transformou em ditadura do capital financeiro (DCF) (NOVAES; OKUMURA, 2020). Portanto, mundialização do capital e DCF podem ser consideradas sinônimos.

Essa atualização de uma forma específica de ditadura (empresarial-militar) para outra forma de ditadura do capital, agora com ampla hegemonia financeira teve consequências claras para o aprofundamento da tragédia educacional brasileira no último quarto do século XX, em especial para os alunos-trabalhadores do CEETEPS.

A bandeira de participação nos rumos da educação se transformou em pseudoparticipação, principalmente porque os Ministros da Fazenda já haviam fixado os parcos recursos para a educação pública. As lutas para diminuir o poder dos diretores na escola se transformaram numa nova fase de autoritarismo dos mesmos. A crítica a centralização dos sistemas escolares e as demandas por “descentralização” se transformaram em neocoronelismo e neonepotismo.

A “descentralização” gerou um presente de grego para os municípios, em geral sem estrutura e recursos para cuidar da educação infantil e do ensino fundamental I.

A crítica feita pelos educadores de esquerda à teoria do capital humano foi devolvida pelos gestores do capital na forma de pedagogia das competências. Sistemas educacionais privados passam a vendidos para escolas públicas, uma nova mercadoria rentável. Não bastasse toda essa tragédia, a luta nas escolas por formas de trabalho não alienadas para os estudantes se transformou em cooperativismo (salve-se quem puder) e empreendedorismo nas escolas.

### **A expansão precarizada do CEETEPS no século XXI**

O governo de José Serra (2007-2010) iniciou um grande processo de expansão do Ensino Profissional Técnico e Tecnológico, que passou a ser priorizado pela administração pública estadual. Entre 2000 e 2009, o número de FATECS passou de 9 para 50, enquanto as ETECS passaram de 138 para 173. Em 2019, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza completou 50 anos de fundação, alcançando a marca de 223

ETECS e 73 FATECS<sup>1</sup>. Com relação aos números do início do século XXI, as unidades de ETECS cresceram quase 250%, enquanto as unidades de FATECS cresceram mais de 700%.

Tamanha expansão se deu às custas de sucateamento das unidades de ensino e precarização das condições de trabalho. Praticamente todas as unidades enfrentam diversos problemas estruturais e de recursos humanos; vale ressaltar que o último concurso público para contratação de pessoal técnico-administrativo foi em 2009; e para trabalhadores específicos das escolas agrícolas e de pessoal de apoio foi em 1996,

Em diversas unidades há servidores municipais cedidos as escolas, contratação de funcionários sem concurso público. Nesse cenário, as maiores prejudicadas são as Escolas Agrícolas, que dentro desse cenário de expansão, ficaram em segundo plano, não foram integradas ao processo de expansão e sofrem com a falta de mão-de-obra para gerir suas fazendas e aproveitar todo o potencial didático-pedagógico e de desenvolvimento local que essas unidades poderiam oferecer aos alunos e a toda comunidade no entorno das escolas.

A questão orçamentária é uma pauta central nas discussões a respeito da Educação Profissional no Estado de São Paulo, apesar da ênfase nessa modalidade de ensino e na propaganda, os recursos para o Centro Paula Souza não se encontram fixados por lei, como nas universidades estaduais paulistas, onde se tem destinado 9,57% da arrecadação com o ICMS, montante que nos últimos anos tem se mostrado insuficientes. Permanecendo a dotação orçamentária da rede à mercê da conjuntura política e do alinhamento das forças políticas Assembleia Legislativa durante as discussões a respeito das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA),

Diante disso é possível identificar que o financiamento da educação profissional e tecnológica, ofertado nas ETECs e FATECs, é decidido anualmente pelos Deputados na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo após encaminhamento da proposta de orçamento pelo Governador do Estado e os recursos aprovados e destinados tem se provado insuficientes para oferecer uma educação pública de qualidade para o povo paulista (QUINTINO; LIMA; BATISTA, 2019, p. 122).

Situação que tende a se agravar nos próximos anos em decorrência do congelamento dos investimentos nas áreas sociais, promovidos pelas políticas fiscais de caráter neoliberal

---

<sup>1</sup> Dados disponíveis no portal do Centro Paula Souza, [2020].

adotadas pelo governo federal por meio da aprovação da Emenda Constitucional nº 95, a Emenda do Teto dos Gastos Públicos; com o Estado de São Paulo prontamente adotando uma legislação semelhante; além da aposentadoria de servidores.

Ao longo de todo o século XXI, marcado pela gestão do PSDB no Estado de São Paulo, o Centro Paula Souza torna-se sinônimo de “sucesso” na educação profissional, segundo a propaganda estatal, apesar de todo o sucateamento ao qual está submetido.

A expansão do CEETEPS nos anos 2000-10, a criação do Instituto Federal e a expansão da educação profissional privada devem ser compreendidos tendo em vista o papel preponderante dos Institutos, ONGs e Fundações, em geral como braços do capital ou das associações do capital, verdadeira sociedade “civil” no Brasil, na articulação, concepção e avaliação das políticas educacionais. Destacam-se Instituto Odebrecht com a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), o Todos pela educação, Instituto Ayrton Senna, McKinsey, Instituto de Corresponsabilidade Educacional (ICE), dentre outros.

Sanfelice (2010) acredita que o Estado de São Paulo é um dos espaços privilegiados para se compreender a política educacional do PSDB. Ainda que haja mudanças de governadores, e diferenças epiteliais entre cada governador e seus projetos de governo, todos eles foram do PSDB, sendo o estado de São Paulo um “laboratório científico” privilegiado para se compreender a formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais tucanas desde 1994.

Também é preciso destacar que a política educacional, como de resto toda a política neoliberal, pode ser dividida em fases, que contam com aperfeiçoamentos, aprofundamentos, experimentação, inovações, avanços, contradições e em alguns poucos casos, por recuos, em função da pressão das lutas dos movimentos sociais em geral. Temos defendido que a política educacional brasileira nos anos 1970, na mesma onda da política educacional chilena, foi neoliberal. Evidentemente que aqui não chegamos ao grau e intensidade chilenos, mas é possível afirmar que a política educacional da DEM foi neoliberal ao criar as condições para o crescimento da educação enquanto mercadoria, principalmente no ensino superior e médio.

### **As Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará: “vitrine” de um novo “modelo” educacional?**

As políticas educacionais dos governos populares merecem atenção especial na América Latina. Quando, por um lado, não promovem a ampla destruição e mercantilização da

educação, manobra típica dos governos neoliberais dos anos 1990 ou dos governos de extrema direita (Macri e Bolsonaro, dentre outros), por outro, guardam um convívio sofisticado entre privatização da educação, de modo expansivo, e uma certa qualidade da educação pública para parcelas das camadas médias e da classe trabalhadora.

O melhorismo do Partido dos Trabalhadores levou à criação dos Institutos Federais – onde de fato o ensino médio tem alguma qualidade – e ao surgimento de inúmeras políticas de educação profissionalizante nos Estados da Federação, especialmente com o decreto 5154/2004, a partir de uma certa onda econômica chinesa, que aliviou as contas nacionais e permitiu a implementação dessas políticas sociais, integradas a um “social-liberalismo” educacional.

Vimos na primeira parte deste artigo que aqui em São Paulo, o Centro Paula Souza surfou nessa onda de expansão da educação profissional, tendo sempre em vista “mostrar-se para a nação” e retomar as rédeas do país, servindo como uma espécie de vitrine de governadores que queriam ser presidentes.

O Estado do Ceará é extremamente contraditório. Ao mesmo tempo que combina elevados níveis de miséria econômica e de miséria educacional, possui resultados educacionais promissores em algumas cidades e em vestibulares de altíssima concorrência. O quanto essas políticas são fruto de marketing político ou de tentativas de oferecimento de oportunidades educacionais minimamente republicanas, só a história poderá nos contar. Cabe lembrar também que o Ceará já formou presidentes do Brasil e já emplacou Ministros da Educação.

Acreditamos que para analisar a criação das Escolas de Educação Profissional (EEPs) do Ceará precisamos observar as múltiplas determinações que levaram à criação e ao desenvolvimento dessas experiências. Mas, antes de prosseguir, permitam-me fazer uma rápida digressão histórica que nos será útil.

De forma cada vez mais complexa, a história educacional brasileira vem se repetindo. A partir dos anos 1930 – como tragédia educacional –, e a partir dos anos 1990, como farsa. Nos anos 1930, no contexto da Revolução de Vargas, os intelectuais orgânicos do capital prometeram uma escola pública de massas, de qualidade, para as maiorias, mas tudo indica que ficaram apenas com as experiências das Escolas Modelo. O povo permaneceu analfabeto.

Num país rasgado por contradições pesadíssimas, dentre elas o trabalho escravizado, a concentração fundiária, a produção para fora e a industrialização truncada e restrita, as promessas de uma educação pública para as maiorias não foram cumpridas no período de

1930-64. Ao contrário, persistiram os traços de uma educação elitista, bem como as enormes taxas de analfabetismo, ainda que pequenas parcelas das camadas médias e do povo tivessem finalmente alcançado o direito à educação.

Universidades Federais foram criadas, mas o povo esteve longe de acessá-las. O SENAI – no contexto da industrialização dependente, tardia e truncada do Brasil – permitiu a uma parcela da classe trabalhadora seu lugar ao sol, com uma certa ascensão social.

Desde o golpe de 1964, o Brasil passa por uma longa decadência no que se refere aos projetos educacionais e as políticas educacionais propostas pelas classes dominantes. O ápice da decadência (ao menos até o governo Bolsonaro) se deu no período da ditadura empresarial-militar, em que tivemos a abertura de um mercado educacional do ensino superior, a intervenção da ditadura na gestão das universidades públicas e nos seus currículos, além de um tecnicismo de baixa qualidade para formar trabalhadoras e trabalhadores adestrados.

A longa destruição do pequeno sistema educacional público (considerado à época de qualidade, mas sempre para poucos) se deu através de uma expansão precarizada da escola pública, para lembrar a querida Lisete Arelaro.

Houve uma readequação do complexo educacional para atender às necessidades da ditadura empresarial-militar, especialmente através dos acordos MEC-USAID (com sua perspectiva privatista e de perseguição a todos aqueles que minimamente tentaram construir a revolução brasileira) e para atender as necessidades do projeto “Brasil Grande Potência”.

Mesmo no período da chamada redemocratização do país, as políticas educacionais propostas nem sequer triscavam nos graves problemas sociais herdados dos períodos anteriores (1930-64/1964-85). Em função da ascensão do movimento operário e popular nos anos 1980, chegamos a achar que finalmente iríamos acertar as contas com esses graves problemas sociais brasileiros. Campanhas em defesa da educação pública, Fóruns, Debates, eleição de prefeitos democratas nos levaram a crer que iríamos construir a hegemonia educacional e dar a volta por cima. Triste fim do Brasil, perdemos as Diretas Já, Collor e Fernando Henrique Cardoso foram eleitos, e a transição lenta, gradual e segura nos levou a uma típica metamorfose: a ditadura empresarial-militar se transformou em uma ditadura do capital financeiro.

Não universalizamos até hoje a educação, e tudo indica que será impossível realizar as conquistas democráticas dentro dos marcos do capitalismo. Por uma razão muito simples: a inserção subordinada e dependente das nossas classes proprietárias não precisa de um

sistema educacional público, universal, amplo e de qualidade. Ao contrário, para se manter na nova divisão internacional do trabalho, não necessita de grandes sistemas educacionais públicos, e sim de formação de mão de obra barata para exportar commodities.

Está cada vez mais clara a nova fase da decadência ideológica no campo educacional. A universalização da educação de qualidade em países periféricos e dependentes como o nosso saiu da agenda desde 1964. Entram em cena propostas de maior segmentação, fragmentação e focalização da educação pública, quando não a destruição dos sistemas educacionais, especialmente através da asfixia orçamentária e da consequente precarização do trabalho docente. O novo ensino médio e a BNCC são exemplos claros dessa decadência? Tudo leva a crer que sim!

Num mar de privatização dos sistemas educacionais, seja através de formas diretas de privatização, isto é, elevação a um novo patamar do mercado do ensino privado, ou de formas indiretas (atuação de ONGs, assessoria e venda de materiais para prefeituras por sistemas de ensino etc.), as políticas de segmentação, fragmentação e focalização da educação pública cumprem o seu papel na nova fase da decadência ideológica das classes proprietárias.

O livro de Deribaldo Santos, Webster Belmino e George Amaral (2022) intitulado “Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará: entre o discurso e a realidade” traz para as leitoras e leitores algumas das dimensões da política de criação e implantação das Escolas de Educação Profissional do Ceará. Joga luz nas especificidades destas Escolas e responde a alguns dos “enigmas” desse novo sistema educacional.

Neste livro, é possível observar os fatores determinantes da criação dessas Escolas: marketing político, construção de prédios imponentes e que rendem votos, papel do Banco Mundial no financiamento, papel do MEC nos governos PT e sua proposta social, papel do governo cearense na implementação dessa política educacional, dentre outros. Poderá também se debruçar sobre a perspectiva político-ideológica dessas Escolas, que curiosamente combinam a filosofia de Gramsci com a filosofia educacional da Odebrecht, formação omnilateral com empreendedorismo (SANTOS, BELMINO, AMARAL, 2023).

Desde 2008 o governo do Ceará criou 130 Escolas Estaduais de Educação Profissional. Ao olhar as fotos e as descrições destas escolas, é possível perceber que possuem uma infraestrutura invejável, bons laboratórios, boas salas de aulas e banheiros, professores melhores pagos do que as escolas estaduais “normais”. Elas possuem um sistema de

seleção/classificação por notas que nos permite afirmar que elas selecionam os melhores. Será que é por isso que elas são melhores ou também por isso, ao “casar” melhores condições de trabalho e melhores alunos do que a rede estadual “normal”?

No nosso entendimento, essas novas escolas reforçam o que apontamos nas linhas acima: uma típica segmentação e fragmentação do sistema educacional. Na base da pirâmide educacional, uma escola estatal de péssima qualidade para as filhas e filhos da classe trabalhadora; professores precarizados e sem as condições mínimas para dar aulas. No meio dessa pirâmide, as escolas de educação profissional, com professores mais bem assistidos, infraestrutura melhor, ou seja, melhores condições de trabalho, que permitem aos jovens uma educação razoável, e inclusive acesso ao ensino superior. No topo da pirâmide, os filhos das classes proprietárias e parcelas das camadas médias, que se tornarão os gestores do capital cearense e mundial.

Não acreditamos as Escolas de educação profissional devam ser rebaixadas, jogadas para a base da pirâmide. Mesmo com suas contradições e limites, elas de alguma forma permitem a uma parcela dos filhos da classe trabalhadora uma educação de qualidade. Prédios melhores, laboratórios melhores, professores e professoras menos precarizados, bibliotecas de qualidade, quadras de esporte boas, entre outros, o que certamente dá a esses alunos e alunas uma educação de mais qualidade. A questão é justamente como torná-las escolas a serviço da classe trabalhadora dentro de um projeto anticapitalista e como universalizar uma educação de qualidade no sistema estadual “normal”. Ao que tudo indica, as classes dominantes cearenses não tem um projeto anti fragmentação, que permitiria uma educação de qualidade para os filhos e as filhas da classe trabalhadora.

### **Cotejamento da Educação Profissional do Centro Paula Souza e do Ceará**

É possível cotejar o Centro Paula Souza com as Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, mas evidentemente existem algumas particularidades nos dois sistemas.

A expansão do Centro Paula Souza nos anos 2000 se deu de forma bastante precarizada em função dos seguintes determinantes: professores horistas, serviços de limpeza, segurança, refeitório terceirizados, laboratórios desatualizados, prédios adequados e sistemas tecnológicos para a essa expansão, além da ausência de plano de carreira para os professores e servidores técnico administrativos. O plano de carreira instituído em 2014, mas a efetivação ainda se completou.

O enquadramento por titulação dos Servidores técnicos – administrativos ocorreria em julho 2020, mas por conta da pandemia, está adiado sem previsão para se efetivar.

Os vestibulinhos e uma infraestrutura um pouco melhor do que a das demais escolas públicas obviamente maquiavam a realidade do CEETEPS. Por terem os melhores alunos, melhor infraestrutura que a média e parte dos professores com dedicação numa única escola, obviamente as avaliações vão mostrar que seus alunos têm desempenho melhor que as escolas públicas da rede estadual.

Em escolas como a ETEC Guarulhos, a concorrência por uma vaga chega a 32 candidatos por vaga para o Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio<sup>2</sup>. Sendo assim, as melhores ETECs - já na partida - têm obviamente os melhores alunos. Eles são bons porque a escola é boa e os ajudou a melhorar ou já são parte do topo da pirâmide escolar e foram selecionados em vestibulinhos?

Sublinhamos também que uma parcela dos professores pode ter uma carga horária maior na escola para desenvolver projetos, o que pode levar a uma maior identidade com os alunos e com aquela realidade escolar.

Há traços de autocracia na indicação dos superintendentes do CEETEPS. Laura Laganá é superintendente desde 2004, reeleita em 2008, resistindo a mudanças de quatro governos tucanos. Marcas típicas dos anos 1970 se reproduzem nos anos 2000, com nova forma, mas de mesma essência. O coronelismo e neocoronelismo fazem parte da criação da base de apoio para se sustentar a superintendente e toda uma tecnoburocracia na administração central.

Em 2012 ela teria de deixar o cargo, mas por conta de uma manobra do Conselho Deliberativo, as regras da eleição foram modificadas e ela foi reconduzida para o terceiro mandato e em 2016 para o quarto mandato que se encerra em novembro de 2020.

As Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará têm muitas semelhanças com as do CPS, especialmente por serem a “vitrine” de um novo “modelo” educacional. Cabe destacar que o sistema cearense é evidentemente menor e mais recente.

Da mesma forma que o Paula Souza, o sistema cearense possui melhor qualidade e melhores condições de trabalho do que as escolas estaduais “normais” cearenses, ainda que seja possível identificar formas mais sutis de precarização do trabalho nestas escolas. Assim como o Paula Souza, possuem também formas de seleção que tendem a escolher

---

<sup>2</sup> Dados referentes ao Vestibulinho 2019 para o Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio com Habilitação em Técnica Profissional em Administração. Fonte: Portal de Notícias do Governo de São Paulo (2018).

os melhores alunos, facilitando a vida dos docentes e deste sistema educacional, ou seja, elas melhoram a educação dos melhores.

É notável que o sistema cearense combine princípios da educação omnilateral com princípios empresariais difundidos pela filosofia da Odebrecht. No Paula Souza não se chega a tanto, pois este possui uma ideologia educacional mais “pura”, voltada para a formação de força de trabalho no século XXI.

Num plano mais geral, para além da análise dos dois sistemas educacionais, nos anos 1990 foram produzidos muitos relatórios para os países periféricos, como “receitas de bolo” feitas pelo Banco Mundial e pela ONU. O “recado” destes relatórios era muito simples e direto. Não cabe ao Estado oferecer ensino superior público, este deve estar nas mãos da “iniciativa privada”. Este tipo de proposição veio - como uma onda mais forte – nos relatórios do Banco mundial dos anos 2000, no contexto da Reforma do Estado.

Como parte da reforma do Estado (na verdade uma contrarreforma do Estado), novos personagens entraram em cena: Fundações, Institutos e ONGs educacionais. Os países periféricos e centrais passaram a adotar uma agenda mais sutil e complexa de privatização da educação pública “por dentro”, criando novas “oportunidades de negócios” para empresários da educação e empresários em geral se apropriarem dos fundos públicos.

Tanto no caso cearense quanto no caso paulista foi possível identificar a participação ativa de Institutos, Fundações e Institutos na concepção, implementação e avaliação das políticas educacionais, temos que desenvolveremos em outros artigos. No Ceará é forte a participação da Odebrecht e do Unibanco. No CPS, é forte a participação do Unibanco também, dentre outras/outras.

Por último, mas não menos importante, cabe salientar que lutamos para que essa oportunidade educacional do Ceará e de São Paulo possa vir a ser melhor, e não pior. Para isso, ficará para as lutas sociais cearenses, paulistas, brasileiras e mundiais o desafio de construir sistemas educacionais públicos, universais, financiados com recursos públicos, e controlados pelo povo, tendo em vista a sua emancipação.

Uma alternativa educacional radical e abrangente (MÉSZÁROS, 2002) deve ser apresentada ao povo, tendo em vista a construção de sistemas educacionais para além do capital. Quando chegarmos a este ponto, certamente não iremos concordar com o papel das Empresas, Fundações, Institutos e ONGs ditando as regras do que ensinar, como ensinar, para que ensinar e como avaliar. Certamente não iremos concordar com os tecnocratas da educação e suas propostas tecnicistas ou neotecnicistas. Certamente não iremos concordar com a perpetuação da miséria educacional secular que aflige o nosso

país, junto com a seca e a cerca. Certamente não iremos concordar com a educação pública como “oportunidade de negócios” para os capitalistas se apropriarem dos fundos públicos.

Nesse sentido, este artigo procurou mostrar a essência (e não a aparência) dos fenômenos da educação profissional de dois importantes Estados da Federação brasileira: São Paulo e no Ceará, suas semelhanças e diferenças.

## Referências

AMARAL, George. *A educação profissional e o ensino médio no Brasil: meandros, contradições e descaminhos da proposta de integração no Ceará*. 2020. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2020.

DETREGIACHI FILHO, Edson. *A evasão escolar na educação tecnológica: estudo de uma Unidade do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza*. 2012. 126 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

MERCURIO, Bruno Michel da Costa. *A política educacional de integração do ensino técnico e médio na habilitação profissional em agropecuária do Centro Paula Souza*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

NOVAES, Henrique Tahan; OKUMURA, Julio Hideyshi. *A tragédia educacional brasileira: diálogos com Florestan Fernandes*. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

OKUMURA, Julio Hideyshi. *Florestan Fernandes na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988): debates, propostas e pensamento educacional*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. *A Reforma e a Contra-Reforma da Educação Brasileira*. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004. *Anais [...]*. Caxambu: ANPED, 2004. p. 1-15.

OLIVEIRA, Lauro Carvalho de. *Faculdade de tecnologia de Sorocaba: da gênese à consolidação*. 2014. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2014.

PORTAL DO GOVERNO. *Vestibulinho Etecs*: veja cursos com maior índice de candidato por vaga. São Paulo, 28 nov. 2018. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/vestibulinho-etecs-veja-cursos-com-maior-indice-de-candidato-por-vaga/>. Acesso em: 10/12/2019.

QUINTINO, Renato de Menezes; LIMA, Silvia Elena de; BATISTA, Sueli Soares dos Santos Batista. O financiamento da educação pública no estado de São Paulo e a educação profissional e tecnológica neste contexto. *In*: WORKSHOP DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA DO CENTRO PAULA SOUZA, 14., 2019, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Centro Paula Souza, 2019, p. 114-123.

SANFELICE, José Luis. A política educacional do Estado de São Paulo: apontamentos. *Nuances* (UNESP Presidente Prudente), v. 18, p. 145-160, 2010.

SANTOS, Deribaldo; RIBEIRO, Ellen; BELMINO, Webster. *Síntese da educação profissional no estado do Ceará (2008-2018)*: um balanço das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs). *In*: SANTOS, D.; LIMA FILHO, D.; NOVAES, H. T. Educação Profissional no Brasil. Marília: Cultura Acadêmica-Lutas anticapital, 2021.

SANTOS, Deribaldo; BELMINO, Webster. AMARAL, George. *As Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará: entre o discurso e a realidade*. Marília: Lutas Anticapital, 2023.

SINTEPS. Conselho Deliberativo do CPS indica três nomes para o governador. [www.sinteps.org.br](http://www.sinteps.org.br). Acesso em: 15/09/2018.